

Relato a minha participação na delegação do Congresso Nacional na Reunião Parlamentar por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em Marrakesh, no qual participei nos dias 13 a 18 de novembro.

1. O Brasil participou da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP22) com 271 delegados, sendo 87 participantes ligados ao governo, incluindo 16 parlamentares, e 184 membros da sociedade civil. O objetivo da conferência era regulamentar os detalhes acerca do Acordo de Paris. Esse pacto representa um esforço de mais de 190 países para conter as emissões de gases de efeito estufa e, com isso, limitar o aumento da temperatura média global abaixo de 2°C.
2. No dia 13 de novembro de 2016, integrei a reunião da delegação de Parlamentares no âmbito da COP22. A delegação brasileira foi chefiada pelo Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Integraram a delegação o Senador Gladson Cameli (PP/AC), as Deputadas Iracema Portella (PP/PI), e o Deputado Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE).
3. A abertura da reunião do dia 13 contou com a participação do Sr. Hakim Benchamach, da Câmara dos Conselheiros do Reino do Marrocos, o Sr. Salaheddine Mezouar, Presidente da COP22 e o Sr. Saber Chowdhury, Presidente da União Interparlamentar. Logo após a abertura, a Sra. Patricia Espinosa, Secretária Executiva das Nações Unidas para a Convenção sobre Mudanças Climáticas, fez uso da palavra como convidada especial. Ela ressaltou que o lema da Conferência em Marrakesh é “implementação e ação”, que “o Acordo de Paris vai conseguir passar de uma declaração de intenções para tornar-se um instrumento eficaz para combater a maior ameaça do nosso planeta, mas trata-se de um acordo que tem força jurídica, caráter obrigatório, mas não existe um tribunal para zelar pela implementação.”
4. Os debates seguiram no decorrer da reunião e resultaram em um documento final apresentado pelo Sr. Ahmed Touizi, membro da Câmara dos Conselheiros do Marrocos. O documento, adotado por consenso pelos parlamentares, reconhece que 105 países ratificaram o Acordo de Paris, mas que os parlamentares precisam fazer as emendas necessárias na legislação, ou desenvolver e adotar novas leis, que reduzam a emissão de gases. Os parlamentares, também, recomendam a ativação do “Green Climate Fund”, mecanismo de financiamento das Nações Unidas ligado à UNFCCC, e clamam às Nações Unidas para reconhecerem os parlamentares como o 10º stakeholder durante as negociações sobre a implementação do Acordo de Paris.
5. O Embaixador do Brasil no Marrocos, Sr. José Humberto de Brito Cruz, acompanhou a reunião da UIP com os parlamentares.

Dia 14

Participei da Palestras:

Desenvolvimento da Energia Eólica no Brasil e as Contribuições Socioeconômicas e Socioambientais, que tem objetivo de mostrar aos participantes o caminho percorrido

pela indústria eólica Brasileira desde o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas – PROINFA até o atual modelo através dos leilões regulados e mercado livre.

Biodiesel: energia para combater as mudanças climáticas, que tem a finalidade de apresentar a contribuição do biodiesel brasileiro no combate as mudanças climáticas demonstrando a realidade e as perspectivas até 2030.

Dia 15

Participei dos eventos que tem como temas:

Conjuntura da Agricultura Brasileira na Agenda Clima,

O setor agropecuário brasileiro é um componente fundamental para o sucesso da implementação do Acordo de Paris e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Nessa sessão, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Blairo Maggi, e o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Maurício Lopes, apresentaram um panorama da agricultura brasileira, bem como o papel das políticas públicas, da ciência e da tecnologia em prol de sistemas de agricultura mais resilientes e sustentáveis. O uso intensivo do solo e sistemas integrados serão apresentados como parte dos esforços que o Brasil está fazendo no sentido de um futuro de baixo carbono.

Ações de Adaptação à Mudança do Clima no Brasil: Integrando experiências nacionais, setoriais e federativas.

Visa apresentar o Plano Nacional de Adaptação sobre Mudanças do Clima e as Estratégias de Adaptação sobre Recursos Hídricos; o processo de adaptação empresarial, desde o engajamento às lições aprendidas; e a apresentação da política municipal de Adaptação à Mudança do Clima da cidade do Rio de Janeiro.

A produção com baixa intensidade carbônica – uma oportunidade à indústria do século XXI

Discutiu-se como o setor industrial que produz com baixa intensidade carbônica e fomenta a eficiência energética, pode contribuir para a redução mundial da emissão, por meio do fomento à demanda por esse tipo de produtos.

Dia 16

Participei dos eventos que tem como temas:

Diretrizes para adaptação as mudanças climáticas para os recursos hídricos.

Recentemente, o governo do Brasil publicou um plano nacional de adaptação as mudanças climáticas. A partir dessa oportunidade a agenda de gestão de recursos hídricos iniciou debates e discussões profícuas sobre a agenda e adaptação para a gestão de recursos hídricos. Depois de dois anos se chegou a um documento base que aponta diretrizes para adaptação as mudanças climáticas no quesito gestão de recursos hídricos. O evento tem a intenção de apresentar alguns achados desse documento e promover um debate sobre o assunto.



8th World Water Forum (2018) – Sharing Waters

Foi discutido com mais propriedade os desafios para se alcançar o ODS 6 sobre água, além de ser a primeira vez que o tema de mudanças climática será tratado como um tópico específico de discussão. A ideia é apresentar como se está organizando o evento e incentivar a participação. A próxima edição do Fórum Mundial da Água ocorrerá no Brasil em 2018. Será a primeira vez que o maior evento sobre água no mundo ocorrerá no hemisfério sul.

Mitigação de Mudanças Climáticas: Implicações para o Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos

Essa é uma discussão recente, tendo em vista a urgência do viés adaptativo imposto pelas mudanças climáticas à gestão hídrica, que se confunde com a própria complexidade de equilibrar disponibilidade e demanda. De forma diversa, a mitigação tem sido principalmente encarada do ponto de vista energético, com a proposição de alternativas à queima de combustível fóssil e redução de emissões de gases de efeito estufa, sem consideração das consequências sobre o suprimento hídrico. O objetivo, então, do evento é discutir, por um lado, qual o papel do gerenciamento para o esforço de mitigar mudanças no clima e, por outro, como a mitigação pode afetar o balanço hídrico. Os debatedores, através de suas experiências deverão construir suas contribuições para a consecução do objetivo da reunião, oferecendo suas visões para a discussão do tema proposto. Como resultados espera-se uma integração de abordagens apresentadas.

Dia 17

Participei dos eventos que tem como temas:

A restauração florestal e o mapa do caminho para cumprimento das metas NDC brasileira.

Visa apresentar o programa de restauração florestal no Bioma Mata Atlântica com mais de 36 milhões de árvores plantadas em propriedades privadas, através de diversas modalidades de captação de recursos e plantios.

Implementação a NDC brasileira na área de energia: o papel das fontes de hidroeletricidade e das fontes renováveis não despacháveis

O evento se propõe a apresentar o papel da geração distribuída, da eficiência energética e o papel da hidroeletricidade na viabilização das fontes renováveis não despacháveis na matriz elétrica brasileira. Serão apresentados os estudos que deram origem às propostas brasileiras na área da energia para compor a NDC.

Dia 18

Participei do evento que tem como tema:

Opções de Mitigação de GEE's em Setores-chave do Brasil



Abordou-se as oportunidades de mitigação de emissões de gases de efeito estufa, para o período de 2020 a 2050, em setores-chave da economia brasileira.

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e Mudanças Climáticas

Teve objetivo de apresentar como a implementação das ações previstas na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI fornece base importante para que o Brasil cumpra com os compromissos estabelecidos na sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), no âmbito do Acordo de Paris adotado na 21ª Conferência das Partes (COP 21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em vigor desde 4 de novembro de 2016.


MARIANA CARVALHO
Deputada Federal
PSDB/RO